Bolsas
Na quinta-feira
0,43% São Paulo
0,36% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
166.191 — 171.336
9/11 10/11 11/11 12/11

Na quinta-feira
R$ 5,586
(+ 1,46%)

Dólar

	Últimos
5/novembro	5,488
6/novembro	5,508
9/novembro	5,504
10/novembro	5,584
11/novembro	5,586

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quinta-feira
R$ 6,248

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,66%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82
Outubro/2026	0,14

CONTAS PÚBLICAS

Senado aprova ajuste de R$ 56 bi

Projeto de lei complementar diminuiu teto para aumento de gastos e tira benefícios fiscais; FCDF é preservado

» LUÍZA ALTOÉ
» RAPHAEL PATI

Ton Molina/Agência Senado



Após protestos da oposição, ajuste foi aprovado por 45 votos a 31 contrários. A apreciação dos destaques ficou para a próxima terça-feira

O Plenário do Senado Federal aprovou, ontem, o texto-base do projeto de lei complementar (PLP) que apresenta medidas de ajuste fiscal, por 45 votos favoráveis e 31 contrários. Quatro destaques serão analisados na sessão agendada pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre para a próxima terça-feira.

As medidas são tratadas como uma resposta da base governista à pressão do mercado financeiro para promover a revisão de despesas consideradas improdutivas para o país, também por setores produtivos. A oposição criticou a celeridade dada à matéria e defendeu mais tempo para deliberação, com passagem por no mínimo uma comissão temática. No entanto, um requerimento de urgência foi aprovado, permitindo que o projeto fosse votado diretamente em plenário, sem passar pelas comissões. Governistas defendem a aprovação do projeto como um "colchão" para viabilizar a aprovação do Orçamento de 2027. Segundo o relatório, a expectativa é que o projeto melhore o resultado primário entre R$ 45,1 bilhões e R$ 56,1 bilhões.

O líder do PT no Senado, Camilo Santana (PT-CE), defendeu que a responsabilidade fiscal não ocasione cortes nos programas sociais. Ele admitiu que o PLP pode não ser suficiente para melhorar as contas públicas, mas defendeu a necessidade de que o Congresso aprofunde o debate sobre a redução de supersalários e das emendas parlamentares, além da taxação dos super-ricos.

O líder da oposição, Rogério Marinho (PL-RN), criticou o PLP e avaliou que o governo segue em um processo de "deterioração das contas públicas", buscando melhorar o cenário fiscal por meio de aumento de impostos e driblando parâmetros fiscais, sem cortar gastos. "Um ajuste que preconiza, novamente, aumento de impostos, calote, uma pedalada fiscal para permitir que o governo consiga permanecer no limite do que denominamos de meta", disse.

No relatório do senador Eduardo Braga (MDB) foram incluídas alterações ao texto original, do senador Jaques Wagner (PT-BA). Entre elas, houve uma alteração no artigo do projeto que tratava sobre a ampliação, de 10% para 20%, da redução de benefícios fiscais implementados em setores estratégicos. A expectativa é que a mudança gere um aumento da arrecadação de R$ 15 bilhões.

O texto ainda exclui desse corte linear a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB — desoneração da folha), além dos benefícios para o setor de tecnologia da informação (TI) e semicondutores, bem como as isenções para aquisição de veículos por pessoas com deficiência ou autismo.

A emenda do senador também incluiu um dispositivo que inclui as prioridades das bancadas estaduais no Congresso nos valores destinados a novos investimentos, em caso de superavit no resultado primário do exercício anterior. O artigo também exclui que as despesas empenhadas nesses projetos sejam incluídas na meta de resultado primário do ano seguinte.

O texto limita o crescimento das despesas primárias a 2% ao ano. O teto atualmente, segundo o arcabouço fiscal, é de 2,5%. O gatilho será acionado quando as projeções indicarem risco de descumprimento do piso da meta fiscal, sendo necessário contingenciar o orçamento para atingir a meta.

Inicialmente, o texto ressalvava do contingenciamento as obrigações constitucionais. No entanto, o projeto também blinda as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Setor produtivo

A proposta desagradou a uma parte relevante do setor produtivo, que teme os impactos sobre os custos das empresas, principalmente aquelas já beneficiadas com reduções ou isenções tributárias. Um manifesto assinado por 57 entidades foi divulgado, ainda ontem, contra alguns dispositivos do PLP.

Na visão da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a medida elevaria a carga tributária para as empresas e, dessa forma, transferiria os custos do ajuste fiscal ao setor produtivo. A entidade cita esse corte linear de incentivos e a "permanência implícita do imposto sobre a exportação de petróleo" como medidas que devem trazer um impacto significativo sobre a cadeia.

"Apesar de proporcionar instrumentos a fim de controlar despesas, e limitar o aproveitamento de créditos legítimos, a restrição não cria receita, pois obriga os contribuintes a quitar os débitos em dinheiro, antecipando arrecadação e adiando a devolução de valores que lhes pertencem", destaca, em nota, a CNI, que acredita em um efeito apenas temporário sobre o resultado primário e a permanência do passivo da União com os contribuintes.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) destaca que o projeto aumenta a insegurança jurídica ao mudar regras de compensações tributárias. "Na prática, mesmo que a empresa tenha 50 de crédito legítimo e deva 10 à Receita, ela pode ser impedida de abater o saldo e terá de pagar o imposto com dinheiro do seu caixa para fechar a conta do governo", exemplifica a entidade, que também critica "distorções" regionais.

Mudanças no FCDF são retiradas

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do PLP do ajuste fiscal, acatou as emendas do senador Izalci Lucas (PL-DF) e da senadora Damares Alves (Republicanos-DF) para que não houvesse mudanças no cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Os senadores aproveitaram o debate do PLP para reverter a regra prevista na Lei Complementar 235/2026, aprovada em agosto, que implicaria na redução em R$ 1,8 bilhão do fundo já em 2027.

Com isso, ficou preservado o atual critério de correção dos repasses do fundo, vinculado à variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, inclusive no ano que vem.

"Nós acatamos as emendas apresentadas pelo Senador Izalci e pela Senadora Damares para excluir do substitutivo a questão do fundo do Distrito Federal, levando em conta todos os esforços que estão sendo feitos, inclusive pela Governadora eleita (Celina Leão), com quem tive a oportunidade de conversar no dia de hoje, no sentido de melhorarmos cada vez mais a transparência e a confiabilidade da aplicação deste importante recurso para a melhoria da qualidade de vida do povo do nosso querido Distrito Federal", destacou Braga, ao relatar o acordo.

A RCL considera todas as receitas obtidas pelo Estado, como impostos, taxas e contribuições, exceto os valores transferidos a estados e municípios por determinação constitucional ou legal, como o próprio FCDF, além das contribuições sociais previdenciárias e do PIS/Pasep.

Recentemente, uma lei que muda o cálculo do fundo em ano de deficit fiscal da União foi aprovada no Legislativo. O tema foi alvo de ação judicial por parte do governo do Distrito Federal, que acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a mudança. No orçamento do DF previsto para 2027, quase R$ 30 bilhões são provenientes do Fundo Constitucional, dos cerca de R$ 75 bilhões totais que devem ser empenhados no próximo ano.

Celina Leão reuniu-se com Braga pela manhã e pediu para que o relator excluísse o Fundo Constitucional do corte de gastos proposto pelo governo Lula. Ela também publicou um vídeo nas redes sociais, no qual destacou a medida como um "ataque" ao FCDF e que o projeto poderia trazer uma redução bilionária no fundo.

O senador Izalci comemorou a mudança, que avaliou como uma "grande vitória" para o DF. "Com ajustes, nós conseguimos tirar a questão do FCDF, que foi prejudicado por uma lei de agosto de 2026. Convencemos o relator, ele acatou nossa emenda para poder continuar com a correção do fundo pela RCL. Isso é excepcional para o DF", afirmou.

A senadora Damares lembrou que está é a quarta vez em que o governo tenta alterar o FCDF e os parlamentares distritais precisam intervir. "Essas tentativas contra o nosso fundo são muito antigas, eu fico muito preocupada. Quem sabe um dia o DF pode ser independente e autossuficiente, mas ele não é. Deu certo por hoje e eu estarei aqui para enfrentar todas as tentativas de mexerem no nosso fundo", afirmou. (**LA** e **RP**)

Andressa Anholete/Agência Senado



Segundo Izalci, acordo garante que não haverá veto à sua emenda

BANCO PÚBLICO

Caixa lucra R$ 3,5 bilhões no 3º trimestre

» PEDRO JOSÉ BORGES

A Caixa Econômica Federal registrou lucro líquido recorrente de R$ 3,5 bilhões no terceiro trimestre de 2026, queda de 7,4% em relação ao mesmo período do ano passado e de 10,6% na comparação com o segundo trimestre. No acumulado dos nove primeiros meses do ano, o resultado chegou a R$ 10,9 bilhões, recuo de 14,6% em 12 meses.

Apesar da redução no lucro, a instituição ampliou a carteira de crédito, que alcançou R$ 1,482 trilhão em setembro, crescimento de 11,1% em um ano e de 2,4% no trimestre. Os dados fazem parte do balanço divulgado, ontem, pelo banco público.

A Caixa informou que 91% da carteira permanecia concentrada no Estágio 1, classificação de menor risco, com participação relevante do crédito imobiliário, que representa 70,4% do total.

O crédito imobiliário continuou como principal segmento da instituição. A carteira chegou a R$ 1,043 trilhão em setembro, alta de 15,5% em 12 meses. A participação da Caixa no mercado de financiamento imobiliário ficou em 68,2%.

A carteira comercial somou R$ 269,7 bilhões. Dentro desse segmento, o crédito para pessoas físicas cresceu 7,4% em um ano, impulsionado pelas operações de consignado, que alcançaram R$ 116,4 bilhões. As carteiras de infraestrutura e agronegócio fecharam setembro em R$ 108,6 bilhões e R$ 60,6 bilhões, respectivamente.

A receita de intermediação financeira somou R$ 68,6 bilhões entre julho e setembro, alta de 7% na comparação anual. Nos nove primeiros meses, o indicador atingiu R$ 202,3 bilhões, avanço de 12,9%. A margem financeira chegou a R$ 18,3 bilhões no trimestre, crescimento de 11%, e a R$ 56,3 bilhões no acumulado do ano, aumento de 14,3%.

As receitas com serviços e tarifas totalizaram R$ 7,4 bilhões no terceiro trimestre, alta de 4,6% em relação ao mesmo período de 2025. No acumulado de janeiro a setembro, foram R$ 22,3 bilhões, crescimento de 9,9%. As despesas administrativas, por sua vez, somaram R$ 12 bilhões no trimestre, avanço de 6,9%, e R$ 35 bilhões no acumulado, aumento de 6,3%.

Inadimplência

O aumento da inadimplência e das despesas com provisões para perdas de crédito pressionou o resultado da Caixa. O índice de inadimplência chegou a 4,01% em setembro, alta de 1 ponto percentual em 12 meses e de 0,37 ponto percentual em relação a junho.

A despesa com provisão para devedores duvidosos (PDD) somou R$ 5,9 bilhões no terceiro trimestre, aumento de 16,9% em relação ao mesmo período de 2025. No acumulado dos nove primeiros meses, o valor passou de R$ 10,7 bilhões em 2025 para R$ 19,4 bilhões neste ano.

Segundo o balanço, o aumento das provisões reflete a elevação da inadimplência, o crescimento de R$ 148 bilhões na carteira de crédito e a mudança metodológica decorrente da Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que entrou em vigor em janeiro de 2025. A implementação da norma resultou no reconhecimento inicial de R$ 4,1 bilhões diretamente no patrimônio líquido.